CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

TCE-GO inspeciona rodovias estaduais em estado crítico

Publicado em fev 17, 2020

Estão sendo verificadas as condições físicas das rodovias goianas

O **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, **Sebastião Tejota**, determinou a realização de nova rodada de inspeções em trechos críticos de rodovias goianas. A iniciativa visa checar o cumprimento de uma série de providencias elencadas em decisões do ano passado. As inspeções também vão abranger novas rotas.

O Tribunal esteve presente em diversos trechos com problemas como a erosão identificada na GO-070 - saída para Inhumas, onde as atividades da equipe técnica foram registradas em reportagem pela TV Serra Dourada.

No último ano o **TCE**-GO fiscalizou oito rotas. Foram identificadas irregularidades que resultaram em aplicação de multa ao ex-presidente da Goinfra, por não ter corrigido sinalizações ostensivas adequadas e eliminado erosões nas vias analisadas.

À época, o Tribunal deliberou que a Goinfra teria, no prazo de 10 dias, que executar a sinalização horizontal e vertical ostensiva dos trechos da GO-164/entroncamento da GO-239, GO-080 e GO-060. Quanto à erosão nestas rodovias, a Corte de Contas determinou que fossem adotadas em 30 dias, providências para execução de todos os serviços necessários à completa recuperação das erosões.

Com a nova rodada de inspeções, a equipe técnica do Tribunal pretende inspecionar sete rotas, percorrendo novos trechos e aqueles já vistoriados anteriormente. Nesta semana (10/02 a 14/02), as equipes vão vistoriar os seguintes trechos:

ROTA 1

ROTA 2

http://bit.ly/2OPZUel

01- Rodovia GO-070 - Trecho: Itapirapuã / Matrinchã (55 km)

02-Rodovia GO-040 - Trecho: **Goiânia** / Entr. BR-452 - Bom Jesus (205 km)

03- Rodovia GO-164 - Trecho: Cidade de **Goiás** / Araguapaz (117,8 km)

04- Rodovia GO-164 - Trecho: Cidade de **Goiás** / Araguapaz (117,8 km)

01 - Rodovia GO-070 - Trecho: **Goiânia** / Cidade de **Goiás** (133 km)

02- Rodovia GO-070 - Trecho: Cidade de **Goiás** / Itapirapuã (60 km)

03-Rodovias GO-213 - Trecho: Morrinhos / Entr. GO-139 (58 km)

04-Rodovia GO-309 - Trecho: Itumbiara / Entr. GO-419 (34 km)

Diretoria de Comunicação Social

Destrava Brasil é lançado em Goiás com participação da Atricon

Publicado em fev 17, 2020

O presidente Fábio Nogueira participou, na manhã desta segunda-feira (17), em **Goiânia** (GO), do lançamento do programa Destrava Brasil. Trata-se de uma iniciativa do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, que conta com a cooperação da Atricon e do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de retomar obras paralisadas no Brasil. O Estado de **Goiás** foi escolhido, pelo presidente do STF e do CNJ, ministro Dias Toffoli, para sediar a experiência piloto, que será focada em creches.

Durante o lançamento, o ministro Dias Toffoli mencionou a participação da Atricon, destacando o total envolvimento e o empenho com que coordenou o trabalho realizado pelo Sistema Tribunais de Contas, quando produziu um diagnóstico das obras paralisadas no Brasil. O ministro Raimundo Carrêro, que representou o TCU na solenidade, também fez referência ao trabalho realizado pelos TCs, sob a coordenação da entidade.

O presidente Fábio Nogueira destacou que a Atricon tem compromisso com a retomada do desenvolvimento do Brasil e que tem se dedicado a uma pauta republicana para que os cidadãos brasileiros possam usufruir de políticas públicas satisfatórias. "É importante para o país a articulação de Órgãos em torno de temas relevantes, como a retomada de obras paralisadas, que significa, por um lado, a entrega de serviços à sociedade e, por outro, uma injeção de recursos na economia brasileira".

TCM-GO - O presidente do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás**, Joaquim de Castro, ressaltou a cooperação institucional que pautou o processo de diagnóstico das obras paralisadas. "O Destrava Brasil é fruto de parcerias institucionais que foca sempre no atendimento à sociedade".

Cooperação - O Termo de Cooperação Técnica, envolvendo a Atricon, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Contas da União, com fundamento na Lei n. 8.666, de 1993, foi assinado em junho de 2019. O documento foi subscrito pelos presidentes das Instituições signatárias do acordo: Ministro Dias Toffoli, Supremo Tribunal Federal e CNJ; Ministro José Mucio Monteiro, TCU; e Fábio Nogueira, Atricon.

Levantament o - Os Tribunais de Contas foram responsáveis pela elaboração de um diagnóstico das grandes obras suspensas e paralisadas no Brasil. O levantamento foi produzido a partir de uma pesquisa declaratória com os jurisdicionados, entre 15 de fevereiro e 15 de março de 2019, considerando uma margem de corte nos valores de contrato acima de R$ 1,5 milhão e execução a partir do ano de 2009.

Com base nesses critérios de referência, os Tribunais de Contas do Brasil detectaram 2.555 obras (paralisadas ou suspensas), com valores contratados que atingem a cifra de R$ 89.559.633.165,90. Nesse montante, foram identificadas 543 obras de creches e escolas paralisadas em todo o país, com financiamentos públicos que superam, somente nesses casos, a cifra de R$ 3,6 bilhões.

Autoridades presentes - Pelo Sistema Tribunais de Contas, o presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, **Celmar Rech**; o governador do Estado de **Goiás**, Ronaldo Caiado (DEM); o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas; o Procurador-Geral da República, Augusto Aras; o Ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário; Tarcísio Freitas; o Advogado-Geral da União, Ministro André Luiz de Almeida Mendonça o presidente do **Tribunal de Justiça de Goiás**, desembargador Walter Carlos Lemes; além de senadores, deputados federais, deputados estaduais; dentre outras.

Confira Galeria de Fotos (TCMGO)

Ascom Atricon (Ridismar Moraes), em 17 de fevereiro de 2020.

TCE-GO: Diálogo público avalia violência contra a mulher em Goiás

Publicado em fev 18, 2020

Encontro será no dia 6 de março, no **TCE** de **Goiás**

Violência contra a mulher: o debate necessário. Esse é o tema do diálogo público idealizado pelo **Tribunal de Contas do Estado** para discutir as ações de enfrentamento à violência contra a mulher em **Goiás**. O evento vai reunir, no dia 6 de março pela manhã, na sede do **TCE**-GO, representantes de diversos setores da sociedade para encarar um fato que se constitui, "uma das principais formas de violação dos direitos humanos, atingindo as mulheres em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física e psicológica", conforme material de divulgação.

Durante o encontro, o analista de Controle Externo do Tribunal Valdo de Sousa Filho vai mostrar como foi realizada auditoria operacional, entre 2016 e 2018, que, além de avaliar as políticas públicas contra a violência doméstica e familiar, verificou se a estrutura física e operacional é adequada para acolher, proteger e orientar as vítimas e para conscientizar o agressor para evitar novas ocorrências.

O primeiro painel terá como tema as políticas de valorização da mulher e de reversão da cultura machista: os desafios da prevenção à violência doméstica e familiar. Participam como palestrantes Rosilene Oliveira Guimarães, superintendente da Mulher da Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds), a vereadora Cristina Lopes, que é membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de **Goiânia**.

O outro tema é o enfrentamento à violência contra a mulher: atuação da rede de atendimento e as dificuldades na garantia de proteção efetiva da vítima. Para debater as convidadas são a professora Luciene Campos Falcão Silveira, coordenadora do Programa Interdisciplinar da Mulher, Estudos e Pesquisas, da PUC-**Goiás**, e a delegada Paula Meotti, titular da 1ª Delegacia Especializada no Atendimento à mulher (Deam de **Goiânia**).

Quem quiser participar já pode fazer sua inscrição pelo sistema Sophos, do site do **TCE**-GO.

Mas, atenção: as vagas são limitadas e serão encerradas assim que atingir a capacidade da Sala Selva Cavalcanti, onde será realizado o evento.

Serviço:

DIÁLOGO PÚBLICO: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O DEBATE NECESSÁRIO

Data: 06/03/2020

Local: **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. Sala Selva Cavalcanti, Bloco B, térreo.

Clique aqui e veja a programação completa.

Saiba mais: **TCE**-GO propõe aperfeiçoamento no combate à violência contra a mulher

Ficha temática Enfrentamento da Violência contra a Mulher

Diretoria de Comunicação Social

Programa Destrava Brasil é lançado em Goiás com participação dos Tribunais de Contas

O programa Destrava Brasil, iniciativa do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça com o objetivo de retomar obras paralisadas no Brasil, que conta com a cooperação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Tribunal de Contas da União, foi lançado nesta segunda-feira (17), em **Goiânia** (GO). O Estado de **Goiás** foi escolhido, pelo presidente do STF e do CNJ, ministro Dias Toffoli, para sediar a experiência piloto, que será focada em creches.

Durante o lançamento, o ministro Dias Toffoli mencionou a participação da Atricon, destacando o total envolvimento e o empenho com que coordenou o trabalho realizado pelo Sistema Tribunais de Contas, quando produziu um diagnóstico das obras paralisadas no Brasil. O ministro Raimundo Carrêro, que representou o TCU na solenidade, também fez referência ao trabalho realizado pelos TCs, sob a coordenação da entidade.

O presidente da Atricon, Fábio Nogueira destacou que a associação tem compromisso com a retomada do desenvolvimento do Brasil e que tem se dedicado a uma pauta republicana para que os cidadãos brasileiros possam usufruir de políticas públicas satisfatórias. "É importante para o país a articulação de Órgãos em torno de temas relevantes, como a retomada de obras paralisadas, que significa, por um lado, a entrega de serviços à sociedade e, por outro, uma injeção de recursos na economia brasileira".

TCM-GO - O presidente do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás**, Joaquim de Castro, ressaltou a cooperação institucional que pautou o processo de diagnóstico das obras paralisadas. "O Destrava Brasil é fruto de parcerias institucionais que foca sempre no atendimento à sociedade".

Cooperação - O Termo de Cooperação Técnica, envolvendo a Atricon, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Contas da União, com fundamento na Lei n. 8.666, de 1993, foi assinado em junho de 2019. O documento foi subscrito pelos presidentes das Instituições signatárias do acordo: Ministro Dias Toffoli, Supremo Tribunal Federal e CNJ; Ministro José Mucio Monteiro, TCU; e Fábio Nogueira, Atricon.

Levantamento - Os Tribunais de Contas foram responsáveis pela elaboração de um diagnóstico das grandes obras suspensas e paralisadas no Brasil. O levantamento foi produzido a partir de uma pesquisa declaratória com os jurisdicionados, entre 15 de fevereiro e 15 de março de 2019, considerando uma margem de corte nos valores de contrato acima de R$ 1,5 milhão e execução a partir do ano de 2009.

Com base nesses critérios de referência, os Tribunais de Contas do Brasil detectaram 2.555 obras (paralisadas ou suspensas), com valores contratados que atingem a cifra de R$ 89.559.633.165,90. Nesse montante, foram identificadas 543 obras de creches e escolas paralisadas em todo o país, com financiamentos públicos que superam, somente nesses casos, a cifra de R$ 3,6 bilhões.

Autoridades presentes - Pelo Sistema Tribunais de Contas, o presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, **Celmar Rech**; o governador do Estado de **Goiás**, Ronaldo Caiado (DEM); o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas; o Procurador-Geral da República, Augusto Aras; o Ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário; Tarcísio Freitas; o Advogado-Geral da União, Ministro André Luiz de Almeida Mendonça o presidente do **Tribunal de Justiça de Goiás**, desembargador Walter Carlos Lemes; além de senadores, deputados federais, deputados estaduais; dentre outras.

* Informações da Assessoria de Comunicação da Atricon

Caiado aposta em parceria entre poderes para implementar RRF

Governador Ronaldo Caiado esteve em solenidade de abertura das atividades da Alego e falou sobre pautas governistas importantes, como RRF.



Em coletiva à imprensa nesta segunda-feira, 17, na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**), o governador, Ronaldo Caiado, comentou sobre a situação fiscal e a adesão para o Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Em sua fala, ele ressaltou a importância da união dos poderes para conseguir adentrar ao regime antes do prazo final da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do ministro Gilmar Mendes.

"Eu sou otimista. Com a junção que nós temos hoje, com o presidente da Assembleia, presidente do Tribunal de Justiça (TJ-GO), junto com o procurador Geral de Justiça, defensoria, **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas do Município (TCM), as ações do executivo hoje são compartilhadas com todos os poderes", disse Caiado ao apontar que essa parceria é necessária para que o estado se enquadre no RRF.

O governador relembrou que a decisão liminar concedida a **Goiás** pelo STF que possibilita ao Estado não pagar suas dívidas com o Tesouro Nacional e os bancos oficiais, cairá no dia 6 de abril. Até o momento não há sinalização que a medida judicial será renovada. "Todos nós tivemos no ministério da economia. As alternativas que serão apresentadas, nós vamos aguardar", apontou.

Sobre as pautas polêmicas aprovadas no final do ano passado, como a PEC da Reforma da Previdência e o Estatuto do Servidor, que inclusive fazem parte do pacote de medidas para a adesão do Estado no RRF, o governador repercutiu: "As pessoas amanhã, os aposentados, os cidadãos goianos vão poder aplaudir e reconhecer nesses deputados pessoas que tiveram coragem para caminhar, não para uma tese populista, mas uma tese responsável capaz de corrigir as distorções, sejam do ponto de vista fiscal ou moral da prática da política no Estado de **Goiás**", afirmou.

JORNAL O HOJE (18/02)

Gestores defendem aliança nacional

Procurador-geral da República Augusto Aras, ministro Dias Toffoli, e governador Ronaldo Caiado defenderam diálogo, cooperação e colaboração para resolver problemas comuns no Brasil

Lucas de Godoi

A cerimônia para o lançamento do "Destrava - Programa Integrado para Retomada de Obras", realizada ontem em Goiânia, foi marcada por discursos de cooperação e colaboração entre as instituições brasileiras. É este mesmo o objetivo do projeto que começará por Goiás e deve ser ampliado em nível nacional para retomar 14 mil obras. O bom relacionamento do governador Ronaldo Caiado (DEM) com os Poderes, em Brasília, tem garantido recursos, como mostrou reportagem publicada nesta segunda-feira (17), e também justifica a escolha do Estado para início do programa.

"Hoje, para enfrentar o desafio de destravar 14 mil obras públicas paralisadas, é preciso realizar uma grande aliança interinstitucional por meio de diálogo, cooperação e colaboração", afirmou o presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras. Aras ainda fez discurso político ao afirmar que o povo goiano elegeu Ronaldo Caiado para retirar as travas impostas pelas gestões anteriores.

No discurso de abertura, Aras afirmou que "O Ministério Público brasileiro e o Conselho Nacional de Justiça estão unidos na tarefa de recuperar a economia brasileira utilizando medidas racionais que integram o arcabouço jurídico nacional". Ele também convocou os membros do MP a levantar dados sobre a situação das obras paralisadas no Brasil e "convidar prefeitos e vereadores a encontrar soluções racionais e com segurança jurídica para que as obras tenham continuidade e sejam concluídas".

Em sintonia com a fala de Aras, o presidente do Comitê Executivo Nacional para Apoio à Solução das Obras Paralisadas e presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Dias Toffoli, destacou: "Hoje estamos todos aqui imbuídos de um propósito, que é resolver, de uma vez por todas, esse grande problema de obras que se iniciam no país e não têm sequência. Isso prejudica a sociedade, como um todo, e nos aflige como agentes públicos, em função da responsabilidade que temos".

O governador Ronaldo Caiado celebrou a escolha de Goiás para iniciar o programa: "Indiscutivelmente, esse evento é motivo de muito orgulho para todos nós. Gostaria de agradecer ao Augusto Aras por promover a interlocução entre os Poderes no sentido de construir resultados e acharmos saídas. É preciso existir uma convergência entre os agentes que têm espírito público e querem melhorar a vida das pessoas", observou.



Dias Toffoli disse que escolha de Goiás levou em conta o bom relacionamento com o governador

Aylton Flávio Vechi, procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás (MPE/GO), concordou com Caiado ao destacar que a convivência entre os Poderes não pode ser isolada e deve atuar em esforço comum para alavancar a cidadania. Dias Toffoli esclareceu que a escolha de Goiás levou em conta a existência de uma boa estrutura de diálogo com o governador, como mostrado anteriormente neste espaço.

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Raimundo Carreiro afirmou que o assunto acerca das obras inacabadas já é um tema que interessa ao Tribunal de Contas há muito tempo. Ele explicou o histórico de desenvolvimento da criação do programa, elucidando que o TCU fez um diagnóstico sobre as obras suspensas a fim de contribuir para o lançamento de uma estratégia de retomada. "Tenho certeza de que o programa se firmará e rapidamente alcançará todo o Brasil. O Estado de Goiás é o coração do país e daqui vai irrigar essa ideia para todo o Brasil. Ademais, escolheu-se as creches pelo alto impacto social e pelos menores custos para sua conclusão".

O promotor de Justiça no Estado de Goiás Carlos Vinicius Ribeiro afirmou: "O Destrava é uma mudança de paradigma radical. Demonstra o comprometimento e a integração dos órgãos de controle com o Brasil. É o Ministério Público em que o presidente do CNMP, Augusto Aras, acredita. Temos a expectativa de impacto financeiro na ordem de 200 bilhões de reais na economia brasileira com o Programa. Será um divisor de águas", mensurou.

Na solenidade, realizada no Centro Cultural Oscar Niemeyer, contou com a presença de várias autoridades, como o ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Freitas; o advogado-geral da União, ministro André Luiz de Almeida Mendonça; o ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário; o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, desembargador Walter Carlos Leme; o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conselheiro Celmar Rech; e representantes de diversos órgãos.

JORNAL O HOJE ONLINE (18/02)

Com "outra realidade", Lissauer defende retorno de infiéis

O governador Ronaldo Caiado (DEM) nos mais de 40 minutos de discurso na retomada da Assembleia Legislativa retomou número de 26 deputados aliados e disse que o executivo está aberto a "todos que quiserem buscar soluções" e que "engenheiro de obra pronta é muito fácil", em referência aos opositores. Em entrevista, o governador deixou para os deputados a missão de avaliar o possível retorno de Virmondes Cruvinel (Cidadania) e Karlos Cabral (PDT), que foram expulsos em dezembro, quando votaram contra estatuto do servidor e PEC da previdência. "Isso não é matéria do governador. Eu atendi aquilo que os parlamentares pediram e esse assunto será tratado por eles". O presidente Lissauer Vieira (PSB) considera a reaproximação. "Naquele momento, o governador atendeu um consenso da base. Agora é uma outra realidade em que pode sim se ajustar, se os deputados assim entenderem".

Independentes

Virmondes alega defender suas "bandeiras com independência", mas que está "aberto ao diálogo". Já Karlos Cabral nega a saída da base: "Da minha parte não teve afastamento. Eu continuo votando como sempre votei".

Outro lado

No discurso da oposição, Helio de Sousa (PSDB) criticou a atual gestão, mas também admitiu erros do PSDB. Pediu inclusive "a volta da titularidade dos professores".

Quórum

Com possível baixa presença no período eleitoral, Lissauer pedirá "bom senso" aos deputados para manter três sessões semanais. Também definiu retorno dos trabalhos na primeira semana de fevereiro em 2021, como ocorre em Brasília.

Base total?

O prefeito de **Goiânia**, Iris Rezende (MDB), mostrou confiança ao afirmar não ter pressa em escolher o próximo líder na Câmara Municipal.

Disse que "a unanimidade dos vereadores tem apoiado os projetos da prefeitura".

Revelação

Na parte formal de cumprimentos, Ronaldo Caiado revelou relação próxima com o presidente do **TCE**, **Celmar Rech**, em evento de lançamento do programa Destrava. "Tem sido um dos grandes conselheiros do meu governo", contou.

Respeito

Questionado pela Xadrez sobre a perspectiva da base aliada para a disputa de 2020, Caiado respondeu: "me dirijo à urna como vossa excelência. Sou extremamente zeloso em aguardar a abertura delas para saber o nosso resultado".

Novo prazo

O governador ainda confirmou intenção, antecipada aqui, de buscar junto ao STF mais tempo para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal.

Prazo atual vence em 6 de abril.

Tô fora!

O deputado federal Professor Alcides (PP) descarta candidatura a prefeito de Aparecida de **Goiânia**. "Fui eleito para ser deputado.

Deixar de buscar recursos para disputar com o prefeito Gustavo Mendanha atrapalharia a cidade".

CURTAS

- Pesquisa da Aneel mostra que a Enel teve piora em indicador que mede a satisfação do consumidor com os serviços.

- A Prefeitura de **Goiânia** anuncia na manhã de hoje concurso público para seleção de quase 2 mil vagas para a administração.

- O Tesouro Nacional informa que o Governo Federal pagou R$ 78,22 milhões de dívidas do Estado de **Goiás** em janeiro.

JORNAL O HOJE ONLINE (17/02)

Alego retorna em ritmo eleitoral

Venceslau Pimentel

A Assembleia Legislatura inicia os trabalhos da segunda sessão legislativa, nesta segunda-feira, com uma extensa pauta de projetos de lei, inclusive matérias polêmicas do Governo, e diante da expectativa de ter 21 dos 41 deputados na disputa para prefeito nas eleições de outubro.

O número expressivo de parlamentares que deve entrar na corrida eleitoral faz parte de decisões partidárias de estímulo ao lançamento de candidatos a prefeito, como forma de fortalecer as legendas, em razão do fim das coligações nas eleições proporcionais, que passa a vigorar a partir das eleições deste ano.

A mudança se deu com a Emenda Constitucional nº 97/17, que alterou a Constituição para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, e foi promulgada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Nove parlamentares estão de olho na sucessão do prefeito Iris Rezende (MDB), inclusive, com dois nomes do partido: Humberto Aidar e Bruno Peixoto. Adriana Accorsi, que é delegada da Polícia Civil, deve ser o nome do PT para a disputa. Nas eleições de 2016, ela ficou na quinta posição, com 6,13% dos votos válidos.

O PSDB, que não lança candidatura própria desde 2000, quando apostou na ex-senadora Lúcia Vânia. Agora o partido investe em Talles Barreto, que deverá contar com o apoio tanto do presidente do diretório estadual, Jânio Darrot (que é prefeito de Trindade), como do ex-governador Marconi Perillo.

Nos pleitos anteriores, os tucanos, mesmo estando no comando do Palácio das Esmeraldas, atuaram como coadjuvantes, apoiando nomes do leque de alianças. Foi assim com Sandes Júnior (PP), em 2004 e 2008; com Jovair Arantes (ex-PTB e agora no MDB), em 2012; e com o deputado Francisco Júnior (PSD), em 2016.

Também devem colocar seus nomes nas convenções de seus partidos os deputados Thiago Albernaz (Solidariedade), Major Araújo (PSL), Virmodes Cruvinel (Cidadania), Eduardo Prado (PV) e Alysson Lima, hoje filiado ao Republicanos, mas está com um pé no Podemos.

No segundo maior colégio eleitoral do Estado, Aparecida de **Goiânia**, por enquanto, apenas Cairo Salim (Pros) se coloca como pré-candidato. Lá, se confirmado o seu nome pelo partido, ele enfrentará o atual prefeito Gustavo Mendanha (MDB).

Em Anápolis, terceiro maior colégio eleitoral, é dada como certa a escolha do PT pelo deputado Antônio Gomide. Ele comandou a cidade de 2009 a 2012. Reeleito, ficou no cargo até março de 2014, quando renunciou ao mandato para disputar o governo do Estado. Deputado de primeiro mandato, Coronel Adailton (Progressistas) tende a entrar na disputa, e já tem o apoio do presidente estadual da legenda, Alexandre Baldy.

Colégios eleitorais de porte médio também têm atraído deputados. Em Luziânia, Diego Sorgatto (PSDB) e Wilde Cambão (PSD) são nomes cogitados para a disputa. Sorgatto, que tem votado com a base aliada na Assembleia Legislativa, busca o apoio do governador Ronaldo Caiado (DEM), enquanto Cambão poderá ser o candidato oficial do prefeito da cidade, Cristóvão Tormin (PSD), que encerra agora o seu segundo mandato.

Na Grande **Goiânia**, três deputados são pré-candidatos: Julio Pina (PRTB) em Senador Canedo, Humberto Teófilo (PSL) em Inhumas, e Doutor Antônio em Trindade. O democrata Álvaro Guimarães não descarta entrar no páreo em Itumbiara, assim como Tião Caroço (PSD), em Formosa, onde espera contar com apoio de Caiado, já que, mesmo sendo filiado a um partido de posição, está alinhado com a base aliada.

Além de Talles Barreto, Sorgatto e Tião Caroço, mais deputados tucanos são cotados para o processo eleitoral: Lêda Borges em Valparaiso (ela já foi prefeita da cidade), e Gustavo Sebba em Catalão.

Manutenção de quórum será desafio em plenário

O desafio do Parlamento é manter o quórum nas sessões deliberativas, que ocorrem às terças, quartas e quintas-feiras, na pré e durante a campanha eleitoral. O período das convenções começa no dia 20 de julho a 5 de agosto, mas os que pretendem entrar no processo já começaram as articulações em busca de apoio.

Presidente da **Alego**, Lissauer Vieira (PSB) acredita que não haverá problemas para votações de matérias em plenário, a julgar pelo quórum qualificado registrado em 2019. "Nossa intenção é trabalhar para que a gente possa manter o quórum, mesmo tendo adiante uma campanha eleitoral", disse.

Apesar de considerar que, ao contrário de 2019, quando matérias polêmicas do governo dominaram as discussões em plenário, com embates entre a oposição e a bancada de apoio a Caiado, Lissauer Vieira aponta que há projetos relevantes na pauta, daí a necessidade de quórum qualificado. Há, por exemplo, o projeto de lei de sua autoria e de Bruno Peixoto (MDB), que prevê a encampação dos serviços de distribuição de energia elétrica, hoje a cargo da Enel, para a **Celg** GT.

Também está em tramitação a proposta que Caiado enviou ao Legislativo que cria o ProGoiás, novo programa que muda as regras para a **concessão** de incentivos fiscais a empesa. O processo está sob pedido de vista coletivo.

Outro projeto que aguarda para ser apreciada é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que revoga dois artigos da Constituição, que versam sobre o Fundo Constitucional do Nordeste Goiano, que tem por objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais e promover o desenvolvimento socioeconômico da região; e o Fundo Constitucional do Vale do São Patrício e Norte Goiano, que tem o mesmo objetivo.

A sugestão partiu da Secretaria de Economia, que utilizou o seguinte argumento. "Trata-se de uma medida de modernização da gestão pública estadual e, consequentemente, de melhoria no gerenciamento dos recursos financeiros do Estado". Afirma que com a extinção "pretende-se otimizar a estrutura administrativa (prestação de contas; movimentações orçamentárias e financeiras; necessidade de profissionais contábeis), facilitando a gestão financeira estadual, principalmente, nos fundos especiais remanescentes".

Ainda de acordo com a Secretaria, a revogação dos dois artigos atende determinação do Contas do Estado de **Goiás** (**TCE**), que foi recomendada a avaliação da pertinência da manutenção de diversos fundos estaduais que não possuem previsão na Constituição Federal ou Estadual. Destaca que o orçamento do Poder Executivo, em 2019, contemplou 37 fundos com status de unidades orçamentárias, cuja dotação autorizada chegou a R$ 4,5 bilhões.

O governador Ronaldo caiado diz que a PEC integra um conjunto de medidas de ajuste necessárias ao alcance da completa reorganização financeira que se tenciona atingir no Estado de **Goiás**, mesmo com "todos os constrangimentos de ordem orçamentária e financeira enfrentados".

Plano de Recuperação Fiscal deve dominar debate

A expectativa dos deputados é em relação ao eventual envio do Plano de Recuperação Fiscal de **Goiás** à **Alego**, ainda este semestre. De antemão, o presidente da Casa, Lissauer Vieira, já defende que seja criada uma comissão a ser formada pelos demais poderes e órgãos que serão atingidos pela medida, para uma visita a outros estados em situação fiscal semelhante à de **Goiás**.

O Plano será a segunda etapa do processo do governo para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do governo federal. O primeiro passo foi dado no ano passado, quando a **Alego** aprovou processo que autoriza o Governo a ingressar no RRF.

Se a comissão for criada, as visitas deverão acontecer aos estados de Minas Gerais e Rio grande do Sul, que também formalizaram interesses em aderir ao regime. Por enquanto, apena o Rio de Janeiro conseguiu o apoio do governo federal.

O aprofundamento da discussão se faz necessário, segundo Lissauer Vieira, diante da complexidade da matéria do governo e das consequências da adesão de **Goiás** ao RRF. Na semana passada, Caiado disse em entrevista que não há outra saída para o Estado a não ser o socorro da União.

Por conta do descompasso entre receita e despesas, **Goiás**, ingressou com Ação Cível Originária, com pedido de tutela provisória de urgência, no Supremo Tribunal Federal (STF). Isso para impedir que a União executasse contragarantias contratuais, sem observar o devido processo legal, até eventual esgotamento de prazo para a adesão ao Plano de Equilíbrio Fiscal dos Estados.

Demora

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) traçou uma linha do tempo que mostra as etapas que **Goiás** tem de cumprir, após a autorização recebida da Assembleia Legislativa para aderir ao RRF. Na primeira etapa, manifesta a sua intenção de entrar no RRF, com a apresentação, a seguir, de um diagnóstico contábil da situação fiscal. Depois vem a etapa de protocolar o pedido de pré-acordo ou de acordo. (Especial para O Hoje)